

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ

Exercício: 2012

Processo: 25410001327201321

Município: Rio de Janeiro - RJ

Relatório nº: 201306021

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Análise Gerencial

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201306021, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pelo INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER – RJ - INCA.

1. Introdução

Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 06/05/2013 a 24/05/2013, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

2. Resultados dos trabalhos

Verificamos na Prestação de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-119/2012 e 124/2012.



Em acordo com o que estabelece o Anexo IV da DN-TCU-124/2012, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se as seguintes questões de auditoria: (i) A unidade jurisdicionada elaborou todas as peças a ela atribuídas pelas normas do Tribunal de Contas da União (TCU) para o exercício de referência? (ii) As peças contemplam os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU nº 119/2012, da DN TCU nº 124/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na análise censitária de todos os itens que compõem o Relatório de Gestão e as peças complementares.

A partir dos exames ao Processo nº n.º 25410.001327/2013-21, concluiu-se que a Unidade elaborou todas as peças a ela atribuídas pelas normas do TCU para o exercício de 2012. Além disso, as peças contemplam os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU nº 119/2012 e 124/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012.

2.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se a seguinte questão de auditoria: (i) Os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência dos objetivos e metas físicas e financeiras planejados ou pactuados para exercício, foram cumpridos?

A metodologia da equipe consistiu na análise da ação 8758, de maior materialidade da UJ (responsável por 66,78 % da execução financeira) e da ação 125H, responsável por 12,03% da execução financeira.

Constam apenas duas metas físicas e financeiras no Relatório de Gestão do INCA, do exercício de 2012, das quais detalhamos seu desempenho, nos quadros a seguir:

Quadro 1 – Metas Físicas da Ação 8758

250052/INCA					
2015/ Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde					
8758/ Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia (INCA)	Meta Física			Atos e Fatos que prejudicam o desempenho	Providências Adotadas
	Previsão	Execução	Previsão/ Execução (%)		
Atendimento realizado	250.000	315.742	+20,80%		Busca constante de melhoria de desempenho e aprimoramento de processos internos

Fonte: Relatório de Gestão do INCA/2012 e Ofício n.º 367/GabINCA



Quadro 2 – Metas Físicas da Ação 125H

250052/INCA					
2015/ Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde					
125H/ Implementação do Complexo Integrado do INCA	Meta Física			Atos e Fatos que prejudicam o desempenho	Providências Adotadas
	Previsão	Execução	Previsão/E xecução (%)		
Complexo Implantado (%)	13	0		Construção só começará em 2013, após demolição do antigo prédio	

Fonte: Relatório de Gestão do INCA/2012 e Ofício n.º 367/GabINCA

Quadro 3 – Metas Financeira da Ação 8758

250052/INCA						
2015/ Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde						
8758/ Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia (INCA)	Meta Financeira				Atos e Fatos que prejudicam o desempenho	Providências Adotadas
	Fixação (dotação final/atualizada)	Execução	Despesa Liquidada	Despesa Liquidada/ Fixação (%)		
Valores (R\$)	284.500.000	279.708.103	244.878.755	86,07%		

Fonte: Relatório de Gestão do INCA/2012 e Ofício n.º 367/GabINCA

Quadro 4 – Metas Financeira da Ação 125H

250052/INCA						
2015/ Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde						
125H/ Implementação do Complexo Integrado do INCA	Meta Financeira				Atos e Fatos que prejudicam o desempenho	Providências Adotadas
	Fixação (dotação final/atualizada)	Execução (despesa empenhada)	Despesa Liquidada	Despesa Liquidada/ Fixação (%)		
Valores (R\$)	52.400.000	50.400.000	50.400.000	96,18%	Despesa foi liquidada para inscrição em Restos a Pagar, será executada em 2013	

Fonte: Relatório de Gestão do INCA/2012, SIAFI e Ofício n.º 367/GabINCA

O INCA atingiu as metas físicas e financeiras pactuadas para o exercício, a meta física da implantação do complexo não foi atingida, devido a suspensão do processo licitatório, por determinação contida no Acórdão TCU n.º 3.280/2011, conforme mencionado em item específico deste Relatório.

Convém mencionar que o INCA superou em 20,80% a meta física do Ação 8758, foram previstos 250.000 (duzentos e cinquenta mil) atendimentos, entretanto realizados 315.742 (trezentos e quinze mil, setecentos e quarenta e dois). Conforme informado



pela Unidade, a superação da meta foi resultado da busca constante de melhoria do desempenho e aprimoramento de processos internos. A meta física de atendimentos em 2013, foi majorada em 8,5%, com expectativa de 271.138 (duzentos e setenta e um mil, cento e trinta e oito) atendimentos.

2.3 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se a seguinte questão de auditoria: Os indicadores do INCA atendem aos seguintes critérios:

- (i) Completude (capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UJ pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão)?
- (ii) Comparabilidade (capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas)?
- (iii) Confiabilidade (confiabilidade das fontes dos dados utilizados para o cálculo do indicador, avaliando, principalmente, se a metodologia escolhida para a coleta, processamento e divulgação é transparente e reaplicável por outros agentes, internos ou externos à unidade)
- (iv) Acessibilidade (facilidade de obtenção dos dados, elaboração do indicador e de compreensão dos resultados pelo público geral)?
- (v) Economicidade (razoabilidade dos custos de obtenção do indicador em relação aos benefícios para a melhoria da gestão da unidade)?

Com o objetivo de responder a questão de auditoria foram analisados três indicadores da área de Assistência do INCA, relacionados no Quadro 5.

Quadro 5 - Indicadores Assistenciais

Nome do Indicador	Área da Gestão	Relacionamento ao Macroprocesso Finalístico	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo
Taxa de infecção hospitalar	Resultados Quantitativos e Qualitativos	Sim	Acompanhamento da qualidade de assistência prestada	$(\text{n.º de infecções hospitalares por serviço} / \text{n.º de internações realizadas por serviço}) \times 100$
Taxa de mortalidade hospitalar	Resultados Quantitativos e Qualitativos	Sim	Mede a mortalidade ocorrida durante a internação hospitalar	$(\text{n.º de óbitos ocorridos em pacientes internados} / \text{número de pacientes que tiveram saída do hospital}) \times 100$
Taxa de ocupação	Resultados Quantitativos	Sim	Mede a ocupação	$(\text{n.º de pacientes-dia} / \text{n.º de})$



hospitalar	e Qualitativos		dos leitos da INCA	leitos-dia) x 100
------------	-------------------	--	--------------------	-------------------

Fonte: Relatório de Gestão INCA/2012

Existe série histórica dos indicadores, inclusive verificamos metas específicas para cada uma das quatro Unidades Hospitalares do INCA, é essencial essa subdivisão haja vista que o perfil dos clientes de cada unidade é diferenciado, a Unidade Hospitalar II é especializada no câncer da área ginecológica, a Unidade Hospitalar III no tratamento do câncer de mama, na Unidade Hospitalar IV, estão os pacientes terminais. Logo, as metas e resultados da taxa de mortalidade da Unidade Hospitalar IV são superiores às taxas das outras unidades hospitalares.

Conforme detalhamos no Quadro 6, os indicadores são úteis e mensuráveis, atendendo aos critérios estabelecidos para análise.

Quadro 6 – Análise da Utilidade e mensurabilidade dos indicadores da amostra

Nome do Indicador	Completeness	Comparabilidade	Confiabilidade	Acessibilidade	Economicidade
Taxa de infecção hospitalar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Taxa de mortalidade hospitalar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Taxa de ocupação hospitalar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

2.4 Avaliação dos Indicadores dos Programas Temáticos

Considerando que na Lei N °12.593/2012 os indicadores são exigidos apenas para os programas temáticos, considerando que durante a gestão 2012 o decreto de Gestão do PPA 2012-2015 (decreto 7.866/2012) foi publicado no DOU apenas em 20.12.2012, considerando que mesmo nesse normativo as atribuições quanto à atualização dos indicadores dos programas recai sobre o Ministério do Planejamento, considerando que a responsabilidade sobre os órgãos inicia-se a partir dos Objetivos (nível inferior ao nível dos programas), a avaliação do item 4 do anexo IV da DN 124/2012 restou prejudicada. Quanto aos indicadores das ações que não são citados ou mencionados, nem na lei 12.593/2012, nem no Decreto 7.866/2012, estes já estão sendo avaliados nos resultados quantitativos e qualitativos da ação atendendo assim ao estabelecido na



Portaria SOF nº 103, de 19 de outubro de 2012. Dessa forma, o controle interno se abstém de emitir opinião sobre o item 4 na gestão 2012.

2.5 Avaliação da Gestão de Pessoas

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se as seguintes questões de auditoria: (i) A gestão de pessoas possui processos de trabalho que buscam a adequabilidade da força de trabalho da unidade frente às suas atribuições? (ii) O(s) setor(es) responsável(eis) observou(aram) a legislação aplicável à remuneração, cessão e requisição de pessoal? (iii) Os registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios (foco no SIAPE) estão sendo lançados de forma tempestiva e possuem qualidade suficiente ao nível de sensibilidade inerente ao assunto? (iv) O(s) setor(es) responsável(eis) observou (aram) a legislação aplicável à admissão de pessoal, concessão de aposentadorias, reformas e pensões? (v) Os registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios (foco no SISAC) estão sendo lançados de forma tempestiva e possuem qualidade suficiente ao nível de sensibilidade inerente ao assunto?

A metodologia da equipe de auditoria foi diferenciada conforme o item. Quanto à força de trabalho foi realizada a confirmação das informações prestadas no Relatório de Gestão da Unidade com a subsequente análise. Quanto à remuneração de pessoal estatutário (ativos, inativos e pensionistas) foi realizada uma análise censitária no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE a partir de ocorrências pré-estabelecidas (cruzamento entre os registros no SIAPE e a legislação de pessoal das unidades. Quanto aos registros no sistema corporativo, foi realizada análise censitária de uma amostra de todos os registros de admissão, aposentadoria, reforma ou pensão no Sistema de Avaliação de Atos de Administração e Concessões - SISAC.

Força de Trabalho

Com base nas informações extraídas do Relatório de Gestão de 2012 verificou-se que o quadro de pessoal do INCA estava assim constituído no final do exercício de 2012:

Quadro 7 – Força de trabalho em 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	Ingressos em 2012	Egressos em 2012
1.Provimento de Cargo Efetivo	3.164	327	214



1.2.1 Servidor de Carreira Vinculada ao Órgão	3.158	326	214
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	12	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	83	21	4
2.2.1 Servidor de Carreira Vinculada ao Órgão	80	20	2
2.3 Funções Gratificadas	41	8	7
2.3.1 Servidor de Carreira Vinculada ao Órgão	41	8	7

Fonte: Relatório de Gestão

Quadro 8 – Distribuição da força de trabalho por faixa etária – 31/12/2012

Tipologias dos Cargos	Faixa Etária				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de Cargo Efetivo	421	944	729	876	194
1.2 Servidores de Carreira	421	944	729	876	194
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	13	43	57	11
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	10	33	34	6
2.3 Funções Gratificadas	0	3	10	23	5

Fonte: Relatório de Gestão

A UJ informou que o déficit do quadro funcional do INCA é de 1.383 servidores, conforme estudo realizado e atualizado junto ao Ministério da Saúde em 2012.



Remuneração de pessoal à luz da legislação e Sistema Contábil (SIAPE/SIAFI)

Para verificação da conformidade dos pagamentos e da concessão de aposentadoria, reforma e pensão, foram realizadas as análises nas rubricas relacionadas na tabela abaixo, na qual são apresentadas as quantidades de ocorrências detectadas:

Quadro 9 – Ocorrências da Folha de Pagamento

Descrição da ocorrência	Quantidade de servidores relacionados	Quantidade de ocorrências acatadas totalmente pelo gestor	Quantidade de ocorrências aguardando resposta do gestor
Servidores com desconto de faltas ao serviço na folha, sem o respectivo registro no cadastro.	44	44	-
Servidores com ocorrência de falta ao serviço por mais de 30 dias consecutivos	01	01	-
Servidores que recebem remuneração com base em jornada de trabalho superior à estabelecida na tabela de seus respectivos	01	01	-
Servidores com parcela de devolução ao erário interrompida ou prazo e/ou valor alterados.	14	-	14
Pensionista com parcela de devolução ao erário interrompida ou prazo e/ou valor alterados.	01	-	01
Pensionistas por dependência econômica com outro vínculo no SIAPE.	01	01	-
Servidores aposentados proporcionalmente que recebem as vantagens do art. 184.	01	01	-
Servidores com idade superior a 70 anos ainda na situação de ativo	01	-	01
Servidores/instituidores com ocorrência no SIAPE de aposentadoria com provento proporcional e estão recebendo proventos	08	-	08



Pensões concedidas após 19-02-2004 cadastradas no SIAPE em tipos menores que 52 (com paridade).	16	-	16
Servidores com devolução do adiantamento de férias nos últimos 5 anos, em valor inferior ao recebido.	12	-	12
Servidores que recebem vantagens calculadas sobre GAE e que não recebem GAE	01	01	-
Instituidores de pensão sem pensionista ou com pensionista excluído.	09	09	-
Pagamento de Gratificação Natalina com base de cálculo acrescida de valor superior a 30% em relação ao considerado para o cálculo da antecipação.	03	03	-
Rubricas com valor informado, seq. 1 a 5, no mês de novembro, incidindo para o cálculo da Gratificação Natalina.	165	165	-
Rubricas com valor informado, no mês de novembro, não incidindo para o cálculo da Gratificação Natalina.	09	09	-
Servidores que obtiveram reajuste salarial superior a 200% entre 2008 e 2011.	54	-	54
Servidores aposentados pela EC 41 ou posterior com valor do vencimento básico informado.	133	-	133
TOTAL	474		

Fonte: SiapedW

A ocorrência “Servidores com devolução ao erário interrompida ou com prazo e/ou valores alterados” resultou em recomendação para reposição ao erário, no valor de R\$ 22.616,16 (vinte e dois mil seiscentos e dezesseis reais e dezesseis centavos), referente à interrupções nos descontos em folha de pagamento, das obrigações de reposições ao erário anteriormente assumidas por 14 servidores. Essa recomendação foi emitida por meio da Nota de Auditoria n.º 201306021/001.

Sistema Corporativo (SISAC)



Em 2012 foram emitidos 518 atos, sendo 402 admissões, 98 concessões de aposentadoria e 18 concessões de pensão. Destes, 175 atos foram analisados por esta equipe de auditoria, sendo 136 de admissão, 22 de concessão de aposentadoria e 17 de concessão de pensão. Todas as concessões de aposentadoria e pensão analisadas não foram cadastradas no SISAC, bem como 83 atos de admissão. O assunto foi tratado na Nota de Auditoria n.º 201306021/001.

Quadro 10 – Registros no SISAC

Quantidade de atos de admissão, concessão de aposentadoria, reforma e pensão emitidos em 2012, analisados.	Quantidade de atos cujo prazo do art.7º da IN 55 foi atendido.
175	4

Controles Internos Administrativos

Os controles da área de gestão de pessoas apresentaram fragilidades no componente Procedimentos de Controle, especificamente na seleção e aplicação de medidas de controle apropriadas, o que se traduziu em ocorrências relativas à conformidade dos pagamentos e da concessão de aposentadoria, reforma e pensão, além de ausência de cadastro no SISAC de diversos atos de admissão e concessão de aposentadoria e pensão.

2.6 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Não houve Transferências Concedidas pelo Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva – INCA durante a gestão 2012.

2.7 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item foram consideradas as seguintes questões de auditoria: (i) os processos licitatórios realizados na gestão 2012 foram regulares? (ii) as contratações e aquisições feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação foram regulares? (iii) os critérios de sustentabilidade ambiental foram utilizados na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras? (iv) os controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações estão instituídos de forma a mitigar os riscos?



Foram analisados 6 (2,33%) do total de 258 processos licitatórios, inexigibilidades e dispensas realizadas pela Unidade em 2012. Sendo assim, os resultados dessa análise amostral não são extrapoláveis para outros processos de aquisição de bens e contratação de serviços conduzidos pela Unidade. No que tange à verificação da utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a análise se limitou a um processo, tendo em vista os bons resultados apresentados pelo INCA no exercício anterior.

As quantidades de processos licitatórios, de dispensa e de inexigibilidade de licitação analisadas, bem como os volumes de recursos correspondentes foram os apresentados a seguir:

Quadro 11 - Licitação – Geral

Quantidade Total de Processos Licitatórios	Volume Total de Recursos dos Processos Licitatórios (R\$)	Quantidade Avaliada	Volume dos Recursos Avaliados (R\$)	Quantidade Em Que Foi Detectada Alguma Irregularidade	Volume dos Recursos em Que Foi Detectada Alguma Irregularidade
134	13.323.397,10	2	1.099.500,00	0	0

Quadro 12 - Dispensa de Licitação

Quantidade Total de Dispensas	Volume Total de Recursos de Dispensas (R\$)	Quantidade Avaliada	Volume dos Recursos Avaliados (R\$)	Quantidade Em Que Foi Detectada Alguma Irregularidade	Volume dos Recursos em Que Foi Detectada Alguma Irregularidade
14	76.013.888,40	2	263.112,40	0	0

Quadro 13 - Inexigibilidade de Licitação

Quantidade Total de Inexigibilidades	Volume Total de Recursos de Inexigibilidades (R\$)	Quantidade Avaliada	Volume dos Recursos Avaliados (R\$)	Quantidade Em Que Foi Detectada Alguma Irregularidade	Volume dos Recursos em Que Foi Detectada Alguma Irregularidade
110	22.497.245,20	2	1.170.339,00	0	0

Não foram encontradas falhas nos Processos e nas Inexigibilidades de Licitação analisadas. Quanto às dispensas de licitação, verificamos que os processos analisados



foram encaminhados para exame e aprovação da Consultoria Jurídica no Estado do Rio de Janeiro em data posterior à assinatura dos respectivos contratos. No processo n.º 25410.001850/2012-76, cujo objeto foi a aquisição de um tubo de raios X Modelo G292 para o aparelho de raios X telecomandado modelo Sonial Vision, também verificamos as seguintes impropriedades na formalização: adoção de dispensa de licitação quando a modalidade de licitação mais apropriada seria a inexigibilidade; e fragilidade da pesquisa realizada para comprovação da vantajosidade do preço praticado. Essas impropriedades, entretanto, não levaram a prejuízo ao erário. O assunto foi tratado de Nota de Auditoria n.º 201306021/001.

Compras Sustentáveis

O INCA informou estar incluindo, nos editais licitatórios, critérios de sustentabilidade, conforme a IN SLTI-MP n.º 01/2010 e a Portaria SLTI-MP n.º 02/2010. A inclusão destes critérios pode ser comprovada no único processo de compras analisado quanto à sustentabilidade ambiental.

Quadro 14 – Compras Sustentáveis

Área	Quantidade de processos de compra na gestão 2012	Quantidade de processos de compra selecionados para avaliação (A+B+C)	Quantidade de processos (dos avaliados) dispensados de aplicar a legislação de compras sustentáveis (A)	Quantidade de processos (dos avaliados) em conformidade com a legislação de compras sustentáveis (B)	Quantidade de processos (dos avaliados) em desconformidade com a legislação de compras sustentáveis (C)
TI	31	0	0	0	0
Obras	25	0	0	0	0
Outros	202	1	0	1	0

Controles Internos

Os controles da área de gestão de compras e contratações mostraram como ponto positivo o ambiente de controle, com a clara definição dos papéis a serem desempenhados pelos responsáveis e colaboradores do processo. Como ponto negativo, os procedimentos de controle se mostraram insuficientes, o que se traduziu no



encaminhamento de processos de dispensa para exame e aprovação da Consultoria Jurídica no Estado do Rio de Janeiro em data posterior à assinatura dos respectivos contratos

2.8 Avaliação da Gestão do Uso do CPGF

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se as seguintes questões de auditoria: (i) Os cartões de pagamento foram instituídos e estão sendo utilizados em consonância com as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008? (ii) As prestações de contas do CPGF foram efetuadas tempestivamente e conforme a legislação? (iii) Em caso de identificação de inconformidades nas análises, houve a adoção de providências?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu no uso de ferramenta corporativa da CGU que identifica as transações que necessitam de alerta ao gestor. Assim, foram considerados nesta análise os resultados dos alertas e as repostas dos gestores ao mesmo durante a gestão 2012.

Uso do CPGF

A partir das extrações dessa ferramenta corporativa e dos exames realizados se elaborou o seguinte Quadro.

Quadro 15 – Gastos com CPGF – exercício 2012

Modalidade	Quantidade total de transações do Exercício	Volume total de recursos de (R\$)	Quantidade avaliada	Volume de recursos avaliados(R\$)	Quantidade em que foi detectada alguma irregularidade	Volume dos recursos em que foi detectada alguma irregularidade (R\$)
Fatura	94	23.677,91	94	23.677,91	0	0
Saque	0	0	0	0	0	0



Verificamos a regularidade na utilização do CPGF, bem como, não foram encontradas fragilidades na área Controles Internos Administrativos da Gestão do Uso do CPGF.

2.9 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos durante o exercício sob exame.

2.10 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se as seguintes questões de auditoria por tema: Tema 1 - PDTI [(i) O PDTI abrange o conjunto mínimo de itens definido no modelo de referência do Guia de Elaboração de PDTI do SISP? (ii) O PDTI está sendo efetivo para direcionar as ações de TI? (iii) O PDTI está alinhado com os objetivos do negócio do órgão?]; Tema 2 – Recursos Humanos [O órgão mantém independência em relação aos empregados das empresas contratadas?]; Tema 3 - Política de Segurança da Informação [O órgão/entidade definiu e documentou a Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC, com apoio da alta gestão da UJ, em conformidade com as recomendações do GSI e normas aplicáveis?]; Tema 4 - Desenvolvimento de Software[O órgão/entidade definiu, documentou e implantou um processo de desenvolvimento software, utilizando padrões de gestão para o monitoramento dos projetos de desenvolvimento e adotando métricas para mensuração de esforço e custo relacionadas a entrega de produtos?]; Tema 5 - Contratações de TI [(i) As contratações de Soluções de TI, realizadas no período de exame, foram baseadas nas necessidades reais do órgão/entidade, estão alinhadas com o PDTI ou documento similar? (ii) Os processos licitatórios para contratação de Soluções de TI foram baseados em critérios objetivos, sem comprometimento do caráter competitivo do certame, e realizados preferencialmente na modalidade pregão, conforme dita a IN04 2010 da SLTI? (iii) Os controles internos adotados para gestão do contrato foram suficientes e adequados para garantir, com segurança razoável, a mensuração e o monitoramento dos serviços efetivamente prestados, segundo a IN04 2010 da SLTI?].

A partir das análises realizadas pode-se chegar as seguintes conclusões por tema.

Tema 1 - PDTI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI engloba a estratégia do INCA na gestão da Tecnologia da Informação, o Instituto não possui plano Estratégico Institucional - PEI e Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI. O PDTI é elaborado pela Divisão de Tecnologia da Informação, sendo aprovado pela Direção Geral.



As diretrizes estabelecidas no PDTI alinham-se à sua missão institucional e se originaram do planejamento anual da Unidade, sendo objeto de revisão anual ou a qualquer tempo, para readequação aos Planos da Instituição e à Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

O PDTI delinea estratégias para o planejamento e execução da política de Tecnologia da Informação do INCA com o objetivo de desenvolver e manter a infraestrutura e arquitetura de informação necessária para apoiar as tomadas de decisão e automação dos processos de trabalho nas áreas de administração, prevenção, assistência, ensino e pesquisa. O documento contém os objetivos a serem alcançados pelo INCA a partir da identificação de suas necessidades considerando seu patamar atual na área de tecnologia da informação, seus recursos, bem como a consolidação de sua base de dados.

Os projetos delineados estão estruturados com justificativas, objetivos, resultados esperados e métodos, entretanto, não consta do PDTI um cronograma de execução dos projetos. O PDTI também não apresenta informações sobre as demandas de recursos humanos necessárias para gestão de TI do Instituto.

Tema 2 – Recursos Humanos de TI

A força de trabalho atuando no INCA em ações relacionadas à Tecnologia da Informação é fortemente terceirizada, sendo composta por 6 servidores do Instituto e 96 terceirizados. Portanto, os funcionários contratados junto às empresas de prestação de serviços representam cerca de 94,12% do quantitativo de pessoal disponível, acarretando risco de dependência de pessoas sem vínculo efetivo com a Unidade para execução de atividades de TI. Cabe destacar que os cargos de chefia ou nível decisório são ocupados por servidores do INCA, sendo que dos 6 servidores do Instituto somente três possuem formação técnica em informática.

Tema 3 - Política de Segurança da Informação

A segurança de informação é gerida pela área de Recursos Tecnológicos da Divisão de Tecnologia da Informação.

A Política de Segurança de Informação do INCA foi formalizada em um documento cujo objetivo é orientar a conduta dos usuários e colaboradores do Instituto, em relação ao uso adequado dos recursos de informática, de forma a preservar a segurança das informações da Instituição. O documento possui escopo delimitado ao uso dos recursos de informática, não englobando a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de documentos/informações físicas.

Embora a Política de Segurança da Informação - POSIC do INCA tenha sido publicada na Intranet, no dia 05/10/2009, até este momento não sofreu nenhuma atualização.

Tema 4 - Desenvolvimento de Software

O INCA possui uma metodologia de desenvolvimento de sistemas (MDS) definida e publicada na intranet.



Com relação ao nível de participação de terceirização nas soluções de Tecnologia da Informação da Unidade, o INCA apresentou as soluções de software aplicativos desenvolvidos para o Instituto. Restou caracterizada uma baixa quantidade de soluções de TI desenvolvidas e mantidas por terceiros, tendo em vista que da relação apresentada constam um total de 123 soluções de softwares, sendo 117 softwares desenvolvidos pelo próprio Instituto e 6 softwares desenvolvidos por terceiros.

Tema 5 – Contratações de TI

Conforme análise do fluxo de compras de bens e serviços de informática elaborado pela Divisão de Tecnologia da Informação - DTI e análise de um processo de contratação de TI, verificou-se que a formalização e gestão dos processos de Contratação de bens e serviços de TI estão em consonância com a Instrução Normativa nº 04/2010 do MPOG/SLTI e são realizadas tendo como base as necessidades reais do INCA.

2.11 Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se as seguintes questões de auditoria (i) Todos os imóveis geridos pela UJ estão registrados no SPIUnet (bens de uso especial)? (ii) Os Bens Especiais de Propriedade da União geridos pela UJ estão com data de última avaliação superior a 2008? (iii) Os gastos realizados com a manutenção dos imóveis da União são proporcionalmente mais representativos que os gastos com a manutenção de imóveis locados de terceiros.

A metodologia da equipe consistiu na verificação das informações apresentadas no Relatório de Gestão 2012 da UJ, na consulta aos registros do SIAFI e do SPIUnet e na verificação in loco da estrutura de pessoal e tecnológica disponível para a gestão do patrimônio imobiliário.

Levantamento dos Imóveis

No exercício de 2012, o INCA teve 17 imóveis de uso especial sob sua gestão, conforme consta do quadro abaixo.

Quadro 16 - Quantitativo de Bens especiais

LOCALIZAÇÃO	Quantidade total de imóveis de uso especial sob a responsabilidade da UJ*	
	2011	2012



BRASIL	17	17
EXTERIOR	0	0

*todos os bens especiais, (quantidade real), independente de registro no SPIUNet.

Dos 17 imóveis sob gestão do INCA em 2012, 10 são próprios ou de propriedade da União e 7 locados de terceiros.

Consistência dos registros de Bens Especiais de Propriedade da União

Todos os imóveis geridos pelo INCA estão cadastrados no SPIUNet e tiveram sua última avaliação realizada há quatro anos ou menos.

Qtde Real	Qtde Avaliada	Qtde registrada no SIAFI, mas não no SPIUNET	Qtde sem Registro no SPIUNet.	Qtde registrada no SPIUNet/SIAFI mas não existente	Qtde com Data de Avaliação Superior a 4 anos.
17	17	0	0	0	0

Despesas com Reforma

Os gastos com reformas e manutenção foram realizados, em sua maioria, nos imóveis próprios e da União. Nos imóveis locados de terceiros, foram realizadas 11,05% das despesas com reformas e 4,90% das despesas com manutenção.

Quadro 19 – Despesas Com Reformas

	Gastos Realizados com Reformas de Imóveis	
	Próprios e da União	Locados de Terceiros
Valores Totais	1.254.158,24	155.851,29
Percentual Sobre o Total	88,95%	11,05%

Fonte: Relatório de Gestão 2012

Quadro 20 - Despesas com Manutenção



	Gastos Realizados com a Manutenção de Imóveis	
	Próprios e da União	Locados de Terceiros
Valores Totais	9.408.045,07	484.746,81
Percentual Sobre o Total	95,10%	4,90%

Fonte: Relatório de Gestão 2012

2.12 Avaliação da Gestão Sobre as Renúncias Tributárias

O Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva – INCA não praticou renúncias tributárias durante a gestão 2012.

2.13 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

Não foi identificado acórdão com determinação para o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva - INCA e em que tenha sido citada a CGU para verificação, na Auditoria Anual de Contas, do atendimento da determinação.

2.14 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do cumprimento das recomendações emitidas por ele considerando a seguinte questão de auditoria: A UJ mantém uma rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU especialmente quanto: à instauração de TCE, à apuração de responsabilidade, ao fortalecimento do controle interno administrativo?

A metodologia consistiu no levantamento de todas as recomendações pendentes de anos anteriores e emitidas durante a gestão 2012 com posterior verificação do atendimento das mesmas.

De todas as recomendações constantes do Plano de Providências da UJ, 39,29% foram atendidas, 10,71% não foram consideradas atendidas e 50% ainda estão em fase de análise pela CGU.

Quadro 21 – Recomendações da CGU

Status	Ordens de Serviço	Ordens de Serviço	Ordens de Serviço	Total	%



	Homologadas Antes e em 2010	Homologadas em 2011	Homologadas em 2012		
Atendida	9	2	0	11	39,29
Cancelada	0	0	0	0	0
Em Análise Pelo Controle Interno	13	1	0	14	50
Enviada ao Gestor	0	0	0	0	0
Prorrogada	0	0	0	0	0
Reiterada	0	3	0	3	10,71
Total	22	6	0	28	100

2.15 Avaliação da Carta de Serviços ao Cidadão

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação da Carta de Serviços ao Cidadão considerando a seguinte questão de auditoria: A unidade possui carta de serviço ao cidadão nos moldes do Decreto 6932/2009?

A metodologia consistiu na avaliação da Carta de Serviço ao Cidadão conforme prescreve o Decreto 6932/2009.

A partir dos exames aplicados verificou-se que o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva - INCA presta serviços ao cidadão e o processo de implantação da sua Carta de Serviços ao Cidadão foi concluído no mês de maio de 2013, sendo que a Carta de Serviços ao Cidadão do INCA cumpre os requisitos do Decreto 6932/2009.

2.16 Avaliação do CGU/PAD

O órgão de controle interno optou por incluir a avaliação do Relatório de Correição considerando as seguintes questões de auditoria: A UJ conta com um coordenador responsável pelo registro no Sistema CGU-PAD de informações sobre procedimentos disciplinares instaurados na unidade? Existe estrutura de pessoal e tecnológica capaz de gerenciar os procedimentos disciplinares instaurados e a devida utilização do sistema CGU-PAD na UJ? A UJ está registrando as informações referentes aos procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD?



A metodologia consistiu na avaliação do Relatório de Correição gerado a partir do sistema CGU-PAD.

A partir dos exames aplicados concluiu-se que o INCA possui como instância de correição a Assessoria de Procedimentos Administrativo-Disciplinares – APADS, mas não conta com um coordenador responsável pelo registro no Sistema CGU-PAD de informações sobre procedimentos disciplinares instaurados na unidade. Observou-se, contudo, que todos os PAD instaurados foram registrados no sistema CGU-PAD, o que demonstra que a estrutura de pessoal e tecnológica é suficiente para gerenciar os PAD instaurados e o devido uso do sistema CGU-PAD.

2.17 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se a seguinte questão de auditoria: (i) Os controles internos administrativos instituídos garantem o atingimento dos objetivos estratégicos?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na avaliação das áreas de gestão de pessoas, gestão de compras e contratações e gestão de tecnologia de informação e dos principais macroprocessos finalísticos. A partir da avaliação comparada entre os controles internos por área de gestão e os macroprocessos finalísticos verificou-se os componentes: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação, monitoramento.

Os controles da área de gestão de pessoas apresentaram fragilidades no componente Procedimentos de Controle, especificamente na seleção e aplicação de medidas de controle apropriadas, o que se traduziu em ocorrências relativas à conformidade dos pagamentos e da concessão de aposentadoria, reforma e pensão, além de ausência de cadastro no SISAC de diversos atos de admissão e concessão de aposentadoria e pensão.

Os controles da área de gestão de compras e contratações mostraram como ponto positivo o ambiente de controle, com a clara definição dos papéis a serem desempenhados pelos responsáveis e colaboradores do processo. Como ponto negativo, os procedimentos de controle se mostraram insuficientes, o que se traduziu nas seguintes falhas: encaminhamento de processos de dispensa para exame e aprovação da Consultoria Jurídica no Estado do Rio de Janeiro em data posterior à assinatura dos



respectivos contratos; adoção de dispensa de licitação quando a modalidade mais apropriada seria a inexigibilidade; e fragilidade da pesquisa realizada para comprovação da vantajosidade do preço praticado.

Quanto aos controles da área de gestão de TI, as principais fragilidades verificadas foram: ausência no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI de um cronograma de execução dos projetos, bem como de informações sobre as demandas de recursos humanos necessárias para gestão de TI do Instituto; força de trabalho fortemente terceirizada atuando em ações relacionadas à Tecnologia da Informação, acarretando risco de dependência de pessoas sem vínculo efetivo com a Unidade para execução de atividades de TI; e período superior a três anos sem que tenha sido providenciada a atualização da Política de Segurança da Informação do Instituto.

Como pontos positivos destaca-se o fato do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI encontrar-se alinhado à missão institucional do INCA e a baixa quantidade de soluções de TI desenvolvidas e mantidas por terceiros.

As áreas de gestão de pessoas, e de compras e contratações estão diretamente relacionadas aos principais macroprocessos finalísticos da UJ. Diante do exposto, não há como afirmar com razoável certeza que há suficiência de controles internos para atingimento dos objetivos estratégicos.

2.18 Avaliação do Parecer da Auditoria Interna

O INCA não possui unidade de Auditoria Interna.

2. 19 Ocorrências com dano ou prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente



relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Informamos que os servidores listados abaixo, cujas assinaturas não foram apostas neste relatório, não estavam presentes quando da geração final deste documento por motivo previsto legalmente, apesar de terem efetivamente atuado como membros da equipe de auditoria.

Rio de Janeiro/RJ, 12 de Julho de 2013.

Nome:

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Nome:

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Nome:

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Assinatura:

Relatório supervisionado e aprovado por:

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio De Janeiro

Achados da Auditoria - nº 201306021

1 GESTÃO OPERACIONAL

Dinheiro público é da sua conta



www.portaldatransparencia.gov.br

1.1 Programação dos Objetivos e Metas

1.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Informação básica da Ação de Governo 125H - Implantação do Complexo Integrado do INCA.

Fato

Trata-se da Ação 125H – Implantação do Complexo Integrado do INCA, que tem por finalidade proporcionar a reorganização físico-funcional das unidades que compõe o INCA com a construção de um complexo integrado na cidade do Rio de Janeiro e adequar as unidades de modo a permitir maior flexibilidade para futuras expansões das atividades e absorção de novos equipamentos, com vistas acompanhar o acelerado avanço tecnológico, garantindo maior eficiência na operação e manutenção de suas instalações, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros. Essa Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2015 - Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde.

A implementação da Ação se dá de forma direta e descentralizada pela UJ mediante despesas que compreendem: elaborar os Projetos Básico e Executivo; licitar a obra, construir e equipar a planta planejada e validar as instalações.

Em 2012, o Programa de Governo 2015 concentrou 99,89% das despesas executadas pela UJ e a Ação 125H foi responsável por 12,03% das despesas executadas pelo INCA, conforme Quadro 22 deste Relatório.

2 CONTROLES DA GESTÃO

2.1 CONTROLES INTERNOS

2.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO

Verificação das peças do Relatório de Gestão do exercício de 2012.

Fato

O INCA elaborou Relatório de Gestão com todas as peças e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU n.º 124/2012, da Portaria-TCU n.º 150/2012 e da DN TCU n.º 119/2012.

Convém mencionar que o INCA não fez a análise crítica dos quadros que compõe o item 4.1 do Relatório de Gestão, todavia após questionamento, por meio da Solicitação de Auditoria n.º 201306021/003, manifestou-se por intermédio do Ofício n.º 367/Gab.INCA, fazendo a análise dos mesmos.

3 ASSIST. AMBULAT. E HOSPITALAR ESPECIALIZADA

3.1 APER.,AVAL. E DESEN. AÇÕES E SERV. ONCOLOGIA



3.1.1 PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

3.1.1.1 INFORMAÇÃO

Informação básica da Ação de Governo 8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia (INCA).

Fato

Trata-se da Ação 8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia (INCA), que tem por finalidade operacionalizar as ações nacionais de articulação, regulação, assessoria técnica, avaliação tecnológica, ensino e pesquisa na área do câncer, atendimento qualificado e integral aos pacientes de câncer das unidades hospitalares do INCA e transferência de conhecimento técnico-científico e gerencial gerado no Instituto, para órgãos e instituições que lidam com câncer no país. Essa Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2015 - Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, o qual tem o objetivo de garantir acesso de qualidade em tempo adequado às necessidades de saúde dos cidadãos, aprimorando a Política de atenção básica e a atenção especializada da saúde.

A implementação da Ação se dá de forma direta e descentralizada pela UJ mediante despesas que compreendem: consultas e cirurgias especializadas, quimioterapia, radioterapia, transplante de medula óssea, outros procedimentos médicos específicos para o diagnóstico e tratamento do câncer nas unidades hospitalares do INCA, bem como a manutenção e expansão do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário do INCA.

Em 2012, o Programa de Governo 2015 concentrou 99,89% das despesas realizadas pela UJ e a Ação 8758 foi responsável por 66,78% das despesas executadas pelo INCA, conforme detalhamos no quadro abaixo:

Quadro 22 – Despesas executadas pelo INCA no Programa 2015

Programa – descrição	Ação - descrição	Despesas Executadas	% Ação
2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	125H – Implantação do Complexo Integrado do INCA	50.400.000,00	12,03%
	20QE - Coordenação Nacional das Ações de Promoção da Saúde	2.517.549,97	0,60%
	6170 - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos não Transmissíveis	7.393.891,23	1,77%
	8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	78.375.000,00	18,71%
	8758 -Aperfeiçoamento, Avaliação e	279.708.102,65	66,78%



	Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia		
Total		418.394.543,85	99,89%

Fonte: SIAFI

Para avaliação da Ação 8758 foi efetivada amostragem não probabilística das despesas com licitações e CPGF, durante o exercício de 2012, considerando os critérios de materialidade, relevância e criticidade, além de vinculação finalística à missão da UJ, com extensão correspondendo a 1% do total de despesas executadas na Ação.

3.1.2 GERENCIAMENTO DE PROCESSOS OPERACIONAIS

3.1.2.1 INFORMAÇÃO

Incompatibilidade justificada entre a meta física e a meta financeira da Ação 125H.

Fato

Em análise ao item 4 do Relatório de Gestão, que traz informações sobre o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras das Ações de Governo sob responsabilidade do INCA, e após realizar consulta no SIAFI GERENCIAL referente ao exercício de 2012, verificou-se que houve uma incompatibilidade entre a meta física da Ação 125H (Implementação do Complexo Integrado do INCA), 0% de execução da meta física, e a meta financeira, 96% de execução.

De acordo com o Ofício n.º 367/GabINCA, de 14/05/2013, a Concorrência n.º 04/2011 para a construção do Complexo Integrado do INCA foi temporariamente suspensa por determinação do Acórdão TCU n.º 3.280/2011. O INCA solicitou reexame do posicionamento, que culminou no Acórdão TCU n.º 1.982/2012-Plenário, determinando o prosseguimento do projeto.

Em 05/09/2012, foi emitido o empenho n.º 2012NE803259, no valor de R\$ 50.400.000,00 (cinquenta milhões e quatrocentos mil reais), o empenho foi liquidado em 31/12/2012 e inscrito em Restos a Pagar, haja vista que a previsão do início da obra é em 2013, após a demolição do antigo prédio do INCA.

3.1.3 PROCESSOS LICITATÓRIOS

3.1.3.1 INFORMAÇÃO

Análise dos projetos, memórias de cálculo e planilhas orçamentárias da concorrência n.º 04/2011, ocasionando a readequação de valores de itens inicialmente com sobrepreço e resultando em economia na ordem de R\$ 40,5 milhões.



Fato

A Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro realizou trabalhos de auditoria no Instituto Nacional do Câncer - INCA visando verificar a regularidade dos processos de contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos básico e executivo e a contratação de empresa especializada de engenharia para construção de seu novo campus.

O projeto integrado do novo campus do INCA engloba o retrofit (modernização) da antiga sede do INCA com cerca de 30.000 m², tendo sido, também, prevista a construção de outros três blocos com cerca de 118.000 m², totalizando 148.000 m². Para a construção destes três novos blocos será demolido o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro – IASERJ.

Os projetos básico e executivo foram elaborados pelo consórcio MHA/RAF contratado após a realização de processo licitatório, tendo originado o contrato administrativo n.º 208/2009. Posteriormente, por meio da Concorrência n.º 04/2011, o INCA contratou empresa especializada para construção de seu novo campus.

Os trabalhos de auditoria realizados no Instituto nacional do Câncer - INCA, visavam, além de comprovar a legalidade do processo licitatório, a verificação da adequabilidade dos projetos, memórias de cálculos e planilhas orçamentárias das obras do novo campus do referido instituto.

Inicialmente, em outubro de 2010, foram identificadas as seguintes inconsistências nos projetos e respectiva planilha orçamentária:

- a) Os projetos não apresentavam grau de detalhamento suficiente, existindo diversos itens cotados em “cj” - conjunto totalizando R\$ 93.437.000,00.
- b) A distância de transporte considerada até o bota-fora de 50 km era incompatível com o local de destino final de resíduos sólidos. Posteriormente, a distância foi reduzida para 28 Km, representando uma economia de R\$ 6.500.000,00 aproximadamente.
- c) Os custos unitários dos itens não constantes nas tabelas referenciais (SINAPI, EMOP, SCO) não se encontravam respaldados por pesquisas de mercado.
- d) Percentual de despesas indiretas BDI aplicado sobre equipamentos em valores acima daqueles estabelecidos pelo TCU em sua jurisprudência para itens cujos insumos representam parte significativa dos custos.



e) Ausência de memória de cálculo para as obras de terraplanagem, fundações, estruturas, revestimentos, esquadrias etc.

Em decorrência destes achados, foi emitida a Nota de Auditoria n.º 254727/01 recomendando que fossem adotadas as medidas corretivas necessárias para adequar os projetos e o respectivo orçamento das obras do novo campus à luz da legislação pertinente.

Da análise de itens selecionados por meio de amostra não probabilística por julgamento, identificou-se que o orçamento das obras do novo campus do INCA, integrante do Edital da Concorrência n.º 04/2011, apresentava sobrepreço em função da existência de custos unitários acima dos valores constantes nas tabelas referenciais e de quantitativos superestimados. Os itens com sobrepreço listados na Nota de Auditoria 254727/02, datada de 20/09/2011, que totalizaram R\$ 44.805.880,94, careciam de justificativas técnicas adicionais de forma a caracterizar que os custos unitários e/ou quantitativos foram previstos adequadamente.

Adiante, encontram-se detalhados os critérios e fontes de consultas utilizados por esta equipe de fiscalização quando da análise dos projetos e planilha orçamentária:

a) Item 02.05.05 – Tela de nylon de proteção de fachadas: o valor adotado representa economia significativa: 75% do valor previsto pela elaboradora do projeto.

b) Item 03.01.14 – Operador de máquinas e equipamentos: todo quantitativo foi desconsiderado, tendo em vista que estas despesas com mão-de-obra encontram-se contempladas dentro da composição analítica dos equipamentos previstos no item 03.02. – “Equipamentos de construção”.

c) Item 03.01.12 – Servente 14 x 36 meses e 4 x 12 meses: todo item foi desconsiderado, visto que esta mão-de-obra não se encontra atrelada a nenhum serviço específico, tendo sido incluída como despesa de equipe técnica e administrativa no item 03.01 do orçamento.

d) Item 03.02.06 – Veículo utilitário Kombi (2): inicialmente, o valor estimado no orçamento datado de 30/09/2010 correspondia ao custo mensal (sem BDI) por veículo de R\$ 4.120,00. Já no orçamento datado de 31/01/2011, tal custo mensal é de R\$ 8.828,00, totalizando com BDI R\$ 10.990,86. Contudo, entende-se que os custos com



veículos para obras de edificações, por não estarem atrelados especificamente à execução de obras e serviços específicos, devem ser considerados como custos da administração central. Dessa maneira, todo o custo do item foi desconsiderado, por já estar incluído no BDI.

e) Item 03.02.07 – Veículo de passeio (engenheiros): Assim como os custos relativos às despesas com veículos utilitários Kombi, entende-se que tais custos para obras de edificações, por não estarem atrelados especificamente à execução de obras e serviços específicos, devem ser considerados como custos da administração central. Dessa maneira, todo o custo do item foi desconsiderado por já estar incluído no BDI. No caso de obras rodoviárias a inclusão de tais despesas apresenta razoabilidade em função do deslocamento constante de engenheiro de campo.

f) Item 03.40.01 – Refeições para operários - média de 600 homens/mês x 22 dias x 36 meses e 200 homens/mês x 22 dias x 12 meses: inicialmente o custo unitário das refeições (almoço) previsto no orçamento datado de 30/09/2010 correspondia ao valor de R\$ 6,00/refeição. Já no orçamento datado de 31/01/2011, o referido custo unitário foi alterado para R\$ 13,00, tendo sido citado como fonte de referência o SINDUSCON-RIO, Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro. Observamos que a convenção coletiva datada de 30/03/2011 estabelece em sua cláusula 10ª que além do café da manhã:

“(…) As empresas fornecerão a seus empregados, obrigatoriamente, uma refeição, por dia de efetivo trabalho, subsidiada que consistirá, por opção da empresa, em uma das 3 (três) alternativas seguintes:

Almoço servido no local de trabalho, ou

Tíquete-refeição, no valor mínimo de R\$ 15,00 (quinze reais), ou

Tíquete-alimentação, mensal, no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais). “

Observou-se que no layout do barracão da obra consta área específica para refeitório, demonstrando, a princípio, que a alimentação será oferecida no próprio canteiro de obra. Dessa maneira, o valor adequado relacionado aos custos da alimentação representa unitariamente R\$ 6,50 segundo fonte citada (SBC). O custo unitário (Sem BDI) de R\$

13,00 seria devido, caso os operários fizessem suas refeições em estabelecimentos comerciais cujo valor final da refeição é maior do que aquele incorrido pela executora quando disponibilizada no próprio canteiro.

g) Item 03.06.06 – Uniformes para operários: o quantitativo estimado encontra-se acima dos valores calculados por esta equipe, considerando, conforme fonte de custos (SBC) a durabilidade dos uniformes de 03 meses e custo unitário de R\$ 68,60. Dessa maneira, para 600 homens/mês x 36 meses e 200 homens/mês x 12 meses, o valor total de uniformes corresponde a 8.000 uniformes ao invés dos 12.000 previstos no orçamento, como detalhado a seguir:

$$600 \times 36 \times 1/3 + 200 \times 12 \times 1/3 = 8.000 \text{ uniformes}$$

h) Item 03.06.07 – E.P.I: dentro dos custos de E.P.I já constam os valores referentes a uniformes, no valor unitário de R\$ 68,60. Dessa forma, subtraiu-se tais valores dos custos unitários previstos.

i) Item 05.01.03 – Carga manual e descarga mecânica: Em tese, os serviços de carga dos materiais escavados e demolidos, em função do quantitativo elevado da ordem de 159.000 m³, deverão ser realizados com auxílio de equipamento mecânico. Portanto, considerou-se que tanto a carga como a descarga de tais materiais serão realizados com auxílio de equipamento, reduzindo significativamente o custo final destes serviços. Além dos custos unitários, constatou-se ainda que parte do material escavado será utilizado na execução de reaterros. Assim, procedeu-se ao ajuste nos quantitativos dos serviços em apreço.

j) Item 05.02.04 - Transporte QQ nat cam basculante 28km/h 8,00T DMT=28 km: foram realizados os ajustes nos quantitativos em função da redução do material transportado para botafora conforme apresentado no item anterior i) – Carga manual e descarga mecânica.

k) Item 05.02.01 – Escavação em rocha a céu aberto h médio = 2,06 m: O custo unitário previsto corresponde a serviços de escavação de material de 3ª categoria (rocha viva). No Projeto Executivo de Estudo de Impacto Ambiental de janeiro de 2011 constam as seguintes informações acerca das características do solo obtidas por meio de sondagem mista:



“(…) Para viabilizar a escavação numa profundidade de 10,6 m, será primeiramente construída uma parede diafragma, a partir da cota atual do terreno (+7,40), com a utilização de hidrofresa para avanço da parede em trecho de alteração de rocha, e implantadas estacas barrete com perfil metálico para apoio provisório a partir da cota atual do terreno. A escavação geral da obra até o terceiro subsolo (-3,20) compreenderá patamares e taludes. A partir da cota +6,80, a escavação deverá seguir com estágios de rebaixamento do lençol freático. A partir da cota +1,00 até a cota final há previsão de que a escavação seja em material de segunda categoria, ou seja, com necessidade de escarificação com “ripper”, e até mesmo de terceira categoria, com necessidade de desmonte de maciço rochoso. Para a execução da laje de subpressão, haverá escavação de aproximadamente 40 cm abaixo do nível do terceiro subsolo. A estrutura deverá estar executada até pelo menos o nível do térreo para o seu peso próprio eliminar ou reduzir ao máximo os esforços de tração nas fundações. Para a execução dos painéis de abertura e fechamento, será sempre mantida a escavação totalmente preenchida com fluido estabilizante (...)”

e

“(…) Na área do futuro empreendimento foram executados estudos geotécnicos-geológicos através de 10 furos de sondagem mista totalizando 131,02 metros com perfuração linear em solo e 67,54 metros em rocha. Este procedimento permitiu a extração de testemunhos e análise das fatias para descrição dos perfis.

Com relação ao material, as rochas encontradas são predominantemente granada muscovita gnaisse cinza-amarelado com manchas brancas de quartzo e feldspato, havendo ocorrência de migmatitos em um testemunho.

Os migmatitos são rochas mistas (metafórmicas), formadas por fusão de outras rochas. Foi na avaliação dos migmatitos que os estudos apontaram os menores índices de fraturas na profundidade vistoriada. O restante da área analisada está inserida entre a área medianamente fraturada e extremamente fraturada.

As rochas foram encontradas predominantemente em profundidades de 14m a 16m, com dois trechos mais superficiais a aproximadamente 4,50m de profundidade, um deles o trecho identificado como migmatito e o outro como granada muscovita gnaisse.

O grau de coerência das rochas é um elemento de análise bastante importante para as construções, tal como o grau de alteração, pois eles representam a resistência da rocha e sua capacidade de suportar pesos e modificações. As amostras identificaram a existência de dois tipos de graus de coerência: C2 e C3, representando respectivamente rochas medianamente coerentes e rochas pouco coerentes.(...)”

e

“(..) Em termos de alteração, há predomínio de rochas muito alteradas e medianamente alteradas em profundidades até 21 metros aproximadamente. Não foram encontradas rochas extremamente alteradas nas análises (...)”

e

“(...) O índice de qualidade das rochas encontradas até a profundidade vistoriada é bastante variável, com maior incidência de resultados para rochas regulares e pobres.”

Em decorrência das informações apresentadas no referido relatório de sondagem, esta equipe de auditoria adotou como custo unitário para os serviços de escavação de material de 3ª categoria aqueles referentes à escavação em rocha sã fraturada, cujo valor unitário é inferior à metade do custo unitário previsto no orçamento.

Depreende-se do exposto acima que a adoção dos custos unitários para escavação de material de 3ª categoria (rocha viva) carecem de justificativas adicionais em face da qualidade do material encontrado.

l) Item 05.02.01 – Escavação em rocha confinada para fundações diretas: Cabem aqui as mesmas observações feitas no item (k).

m) Item 06.02.02 – Escavação de parede tipo diafragma esp=60 cm em terreno constituído de alteração de rocha muito resistente: No orçamento, datado de 30/09/2010, havia sido prevista a execução de 4.660 m² de parede diafragma com 60 cm de espessura ao custo unitário de R\$ 269,64 obtido por meio da tabela de referência do Sistema SCO-Rio. Todavia após o início dos nossos trabalhos de auditoria, os quantitativos previstos foram acrescidos bem como o custo unitário estimado pela



administração. No orçamento integrante do edital da concorrência n.º 04/2011 o custo unitário da referida escavação a ser executada por hidrofresa é de R\$ 1.008,00, obtido por meio de pesquisa de mercado encaminhada a esta controladoria. Assim o custo total da escavação passou de R\$ 1.256,522,40, previsto no orçamento de 30/09/2010, para R\$ 8.370.432,00, em 31/01/2011. O equipamento mencionado vem sendo introduzido no mercado nacional, recentemente, como opção para execução de paredes diafragmas em solos complexos. O relatório de sondagem datado de 15/12/2010 demonstra a existência de solo C3 e C4 pouco coerente e friável respectivamente na cota de ponta especificada, conforme já salientado no item (k). Dessa maneira, nos parece razoável a realização de estudo de viabilidade técnico-econômico de forma a justificar os custos unitários previstos. O valor obtido da tabela de referência SINAPI representa redução significativa quando comparado com os valores previstos no orçamento estimativo. Em função do tipo de solo e as características dos serviços a serem executados, os preços adotados carecem de justificativas adicionais.

n) Item 06.02.07 – Serviços a cargo do construtor – serventes para apoio: Os custos com mão - de- obra para execução de parede diafragma já se encontram inseridos nos valores da tabela de referência. Dessa maneira, desconsiderou-se tais custos dentro da composição analítica do serviço em comento.

o) Item 06.02.08 – Serviços a cargo do construtor – guindaste 30 T: Tal equipamento encontra-se dentro da composição analítica dos serviços de execução de parede diafragma. Ainda, já foi previsto no item 03.02 “ Equipamentos de construção” do orçamento a locação de guindaste. Dessa maneira, desconsiderou-se tais custos dentro da composição analítica do serviço em tela.

p) Item 07.03.01 – Limpeza ou preparo de superfície de concreto com jato de água pressurizada ou ar, em condições que permitam um rendimento médio de 5 m²/h: o custo unitário obtido da tabela de referência SINAPI representa economia significativa dos custos previstos.

q) Item 26.01.12.33 – Eletroduto de ferro galvanizado pesado c/rosca d=4”, inclusive conexões e acessórios de fixação: O custo unitário adotado foi obtido por meio de consulta à tabela de referência SINAPI. Entretanto, o custo unitário previsto pela administração está acima do valor de referência.

r) Item 27.01.01.02 – Detector de fumaça tipo óptico inteligente endereçável com base: sobrepreço encontrado a partir de pesquisa de mercado realizada.

s) Economia BDI equipamentos – constatou-se que foram considerados, para fins de aplicação de BDI diferenciado, somente parte dos equipamentos e materiais incorporados ao empreendimento cujos valores unitários são representativos dentro de suas composições analíticas. Com aplicação de BDI diferenciado sobre os demais itens (equipamentos e/ou materiais) considerados por esta equipe de fiscalização, obteve-se uma economia adicional aos cofres públicos de R\$ 7.760.711,68. Tal procedimento foi realizado considerando que os custos de tais equipamentos e/ou materiais representam 70% dos valores de suas respectivas composições analíticas, tendo sido aplicado o percentual de 10% de BDI sobre tais valores e 24,5% sobre o restante de 30% das composições que representam despesas com mão-de-obra.

Além dos fatos acima expostos, ressalta-se que foram realizadas pesquisas de mercado, para os itens não constantes nas tabelas de referência e outros sistemas de custos disponíveis no mercado (SINAPI, EMOP, SCO, SBC e PINI), por vezes em um único fornecedor. Ainda, exceto para os itens constantes nos Sistemas Eletrônicos e de Telecomunicações, os custos unitários adotados representam as médias por itens das pesquisas realizadas. Os valores referentes às médias adotadas como custos unitários no orçamento estimativo não necessariamente representam os valores praticados no mercado, visto que há variação significativa das cotações dos fornecedores em torno de tais médias.

Em função das inconsistências entre os projetos e a respectiva planilha orçamentária das obras do novo Campus do INCA, a Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro emitiu Nota de Auditoria n.º 254727/02, datada de 20/09/2011, recomendando ao INCA que:

- 1) Compatibilizar os custos unitários e respectivos quantitativos das obras e serviços previstos com os valores necessários para execução do objeto.
- 2) Ampliar a pesquisa de mercado realizada para os itens cotados somente em um único fornecedor, a fim de obter valor mais próximo daqueles praticados no mercado e evitar a ocorrência de sobrepreço.
- 3) Realizar a revisão do orçamento estimativo, alterando, quando couber, os custos unitários dos itens que se encontram acima dos valores constantes nas tabelas referenciais.



4) Avaliar a conveniência de dar prosseguimento à Concorrência n.º 04/2011, tendo em vista os indícios de sobrepreço na planilha orçamentária, parte integrante do Edital.

O INCA solicitou à empresa contratada para elaboração dos projetos básico e executivos que realizasse revisão do orçamento estimativo da obra, a partir dos sobrepreços apontados por esta equipe de auditoria. Para os itens com sobrepreço inicialmente identificado de R\$ 44.805.880,94, o INCA procedeu à redução no orçamento estimativo de R\$ 40.497.774,49, sendo publicado novo Edital da Concorrência n.º 04/2011, em 01/06/2012, e apresentou, ainda, justificativas para adoção de custos unitários divergentes daqueles propostos por esta equipe de auditoria, por isso a redução final dos custos é R\$ 4.308.106,45 inferior ao sobrepreço inicialmente estimado pela CGU-Regional/RJ.

Entretanto, existem duas situações em particular que merecem aqui explicativas adicionais, as quais enumeramos a seguir:

1) Nesta última revisão do orçamento estimativo houve acréscimo significativo do quantitativo de estrutura metálica inicialmente prevista. Este acréscimo encontra-se compatível com o levantamento realizado por esta equipe de auditoria a partir dos projetos de estrutura metálica disponibilizados.

2) Houve troca dos custos financeiros dos equipamentos dos elevadores e monta cargas pelos respectivos custos de instalação. Portanto, sobre os custos de tais equipamentos, incidiu equivocadamente o BDI de 24,5% utilizado para os itens de obras civis ao invés da incidência de BDI diferenciado de 10%. O sobrepreço decorrente desta impropriedade totaliza R\$ 676.516,85, conforme tabela a seguir.

Item	Elevadores e Monta Cargas	
	Valores Corrigidos R\$	Valores de Proposta Comercial R\$
Custos/BDI		
Instalação	1.812.640,37	6.479.204,86
Equipamentos	6.479.204,86	1.812.640,37
Preço c/BDI		
Instalação	2.256.737,26	8.066.610,05
Equipamentos	7.127.125,35	1.993.904,41
Total	9.383.862,61	10.060.514,46



Sobrepreço	676.651,85	
------------	------------	--

O orçamento estimativo da obra totalizou R\$ 469.997.616,21, portanto, R\$ 25.713.529,72 inferior ao orçamento datado de 30/09/2010 revisão 04. Deduzindo-se o acréscimo referente ao valor da estrutura metálica e corrigindo-se a incidência de BDI diferenciado sobre os equipamentos correspondentes aos elevadores e monta cargas obtem-se redução de R\$ 40.497.774,96 do orçamento estimativo.

Diante do exposto, concluímos que as recomendações constantes na Nota de Auditoria n.º 254727/02 foram atendidas. No entanto, consideramos a recomendação da Nota de Auditoria n.º 254727/01 parcialmente atendida, em função do equívoco na incidência de BDI diferenciado sobre os equipamentos de monta cargas e sobre os respectivos custos de instalação.

Em 31/05/2013, foi emitido o Ofício n.º 16316/2013/NAC2/CGU-Regional/RJ/CGU-PR encaminhando, para conhecimento do INCA e adoção das medidas cabíveis, o Relatório de Auditoria n.º 254727 referente à ação de controle realizada no exercício de 2010, com as análises subsequentes no exercício de 2013.

Em atendimento ao Ofício n.º 16316/2013/NAC2/CGU-Regional/RJ/CGU-PR o INCA encaminhou o Ofício n.º 458/Gab. INCA, de 07/06/2013, contendo em anexo o Memorando n.º 114/COAGE e o Memorando DIENG/COAGE n.º 136/2016, ambos de 06/06/2013, sendo que o Memorando DIENG/COAGE n.º 136/2016 apresenta o seguinte posicionamento do Instituto sobre o assunto:

“(...) 2 Quanto ao apontamento realizado sobre a troca de custos nos itens elevadores e montacargas, realizamos a verificação da planilha e concordamos com o apontamento realizado pela equipe da CGU.

3 Desta forma, estamos notificando o consórcio contratado solicitando esclarecimentos e posterior notificação a Construtora para a retificação da planilha orçamentária com o aditivo de decréscimo.(...)”

Sendo assim verifica-se que a Unidade vem adotando medidas visando atender a recomendação da Nota de Auditoria n.º 254727/01 referente à incidência de BDI diferenciado sobre os equipamentos correspondentes aos elevadores e monta cargas e



sobre os respectivos custos de instalação. A implementação da recomendação será objeto de monitoramento por meio do Plano de Providências Permanente- PPP.



Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Certificado: 201306021

Unidade Auditada: INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ

Exercício: 2012

Processo: 25410001327201321

Município - UF: Rio de Janeiro - RJ

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art.10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de 01/01/2012 a 31/12/2012.

Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria Anual de Contas constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

Em função dos exames realizados sobre o escopo selecionado, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306021, proponho que o encaminhamento das contas dos responsáveis referidos no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 constantes das folhas 01 a 14 do processo, seja pela regularidade.

Rio de Janeiro/RJ, 12 de Julho de 2013.

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro - Substituto

Parecer de Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Relatório: 201306021

Exercício: 2012

Processo: 25410001327201321

Unidade Auditada: INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER

Município/UF: RIO DE JANEIRO/RJ

1. Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União quanto à prestação de contas do exercício de 2012 da Unidade acima referenciada, expresso opinião sobre o desempenho e a conformidade dos atos de gestão dos agentes relacionados no rol de responsáveis, a partir dos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.
2. No que diz respeito aos Programas de Governo, foram analisadas as Ações 8758 - *Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia (INCA)*; e 125H - *Implementação do Complexo Integrado do INCA*, pertencentes ao Programa 2015 - *Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Quanto às metas físicas e financeiras da Ação 8758, verificou-se o alcance na ordem de +20,80% e 86,07%, respectivamente. Com referência à Ação 125H, a meta física não foi atingida em razão da suspensão do processo licitatório por determinação contida no Acórdão TCU nº 3.280/2011. Outrossim, a meta financeira da citada ação atingiu 96,18% e teve sua despesa liquidada para inscrição em Restos a Pagar a ser executada em 2013. Para a avaliação do desempenho institucional, foram analisados 3 indicadores da área de assistência do INCA. Foi verificado que os índices são úteis e mensuráveis, baseados em série histórica e com metas específicas para cada uma das quatro Unidades Hospitalares do INCA, haja vista a diversidade dos perfis dos clientes e dos tratamentos realizados.
3. Quanto às fragilidades evidenciadas, salienta-se a existência de falhas em pesquisas realizadas para comprovação da vantajosidade do preço praticado, adoção de dispensa de licitação quando a modalidade mais apropriada seria a inexigibilidade e inadequações na instrução processual. Cumpre ressaltar que essas ocorrências não impactaram a gestão da UJ em face de terem sido consideradas de natureza formal.
4. Em relação às recomendações pendentes de anos anteriores e emitidas durante a gestão 2012, oriundas do Plano de Providências Permanente, cabe mencionar que 39,29% delas foram totalmente atendidas no exercício, 10,71% foram consideradas não atendidas, enquanto que o restante das recomendações continua sob análise do Controle Interno.
5. No que tange à avaliação dos controles internos administrativos, observou-se deficiências no componente Procedimentos de Controle, especificamente na seleção e aplicação de medidas de controle apropriadas, o que se traduziu em ocorrências relativas à conformidade dos pagamentos e da concessão de aposentadoria, reforma e pensão, além de ausência de cadastro no SISAC de diversos atos de admissão e concessão de aposentadoria e pensão. Ainda, verificou-se falhas formais na condução de processos licitatórios.

A small, stylized handwritten signature or mark located at the bottom right of the page.

6. Como ponto positivo da gestão, destaca-se o ambiente de controle da área de gestão, no tocante à clara definição dos papéis a serem desempenhados pelos responsáveis e colaboradores do processo. Ademais, salienta-se que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI está alinhado à missão institucional do INCA e a quantidade de soluções de TI desenvolvidas e mantidas por terceiros encontra-se em número reduzido.

7. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/n.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a proposta expressa no Certificado de Auditoria a respeito da **regularidade** das contas dos gestores integrantes do rol do art. 10 da IN TCU n.º 63, constantes das folhas 01 a 14 do processo.

8. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília/DF, 17 de julho de 2013.



JOSÉ GUSTAVO LOPES RORIZ
Diretor de Auditoria da Área Social